

Resumo e conclusão

Examinei neste livro o processo de acumulação capitalista e a sua natureza cíclica a partir da teoria da tendência declinante da taxa de lucro de Marx. Desenvolvimento econômico é o processo histórico de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico através do qual os capitalistas se apropriam da mais-valia relativa realizando lucros. O desenvolvimento é assim um processo econômico historicamente situado no modo capitalista de produção. Por isso só me preocupei em examinar o funcionamento da tendência declinante da taxa de lucro e as etapas seculares do processo de acumulação capitalista a partir da Revolução Industrial, quando o modo especificamente capitalista de produção, baseado na incorporação sistemática de progresso técnico visando o aumento da produtividade, torna-se dominante na Inglaterra.

A teoria da tendência declinante da taxa de lucro serviu de fio condutor para a análise do processo pelas seguintes razões:

- 1) porque a taxa de lucro é o móvel fundamental da acumulação capitalista;
- 2) porque o desenvolvimento a longo prazo do sistema capitalista pode ser, portanto, melhor estudado a partir da análise das tendências da taxa de lucro;

3) porque as crises cíclicas que marcam o processo de acumulação dependem das flutuações na taxa de lucro prevista; e

4) porque as principais variáveis teóricas utilizadas por Marx para estudar a tendência declinante da taxa de lucro — a composição orgânica e a composição técnica do capital, a taxa de mais-valia, a taxa de salários, a taxa de aumento da produtividade, e os tipos de progresso técnico que acompanham o aumento da produtividade — são as variáveis fundamentais para a análise do desenvolvimento capitalista.

Ninguém estudou mais profunda e originalmente o processo de acumulação capitalista do que Marx. Por isso é compreensível que as variáveis por ele utilizadas, particularmente a composição orgânica do capital e a taxa de mais-valia, sejam essenciais para a compreensão desse processo. Economistas neoclássicos e keynesianos, quando estudam o processo de desenvolvimento capitalista são obrigados a usar as mesmas variáveis com nomes diferentes. A composição técnica do capital torna-se relação capital-trabalho, e a taxa de mais-valia, o índice de distribuição de renda.

Na primeira parte deste livro procurei fazer uma análise teórica ao mesmo tempo a mais rigorosa e a mais simples possível da teoria ou da lei da tendência declinante da taxa de lucro.

A taxa de lucro seria efetivamente declinante se a composição orgânica do capital tendesse a crescer mais do que a taxa de mais-valia. Essa é a hipótese básica de Marx para prever o declínio a longo prazo da taxa de lucro. Ora, essa hipótese não é necessariamente válida, não é intrínseca ao processo de desenvolvimento capitalista.

A taxa de mais-valia é de fato aproximadamente constante, como previa Marx. Isto significa que a taxa de salários aumenta na mesma proporção que a produtividade, desde que o progresso técnico seja neutro, ou seja, desde que a relação produto-capital seja constante. Esta verificação nos permitiu, inclusive, sugerir a inversão da teoria clássica dos salários, segundo a qual a taxa de salários seria institucionalmente constante e a taxa de lucro seria a variável residual — em princípio declinante. Para os clássicos o declínio era, em última análise, explicado pela redução, a longo prazo, da produtividade, que para Ricardo se traduzia na lei dos rendimentos

decrecentes da terra, e para Marx em um progresso técnico cada vez mais dispendioso de capital. Ao invés dessa teoria propusemos que a taxa de lucro seja considerada institucionalmente estável a longo prazo — flutuando no curto prazo em função do ciclo econômico — passando a taxa de salários a ser a variável residual. Em conseqüência, e dada uma produtividade crescente, a taxa de salários deverá crescer à mesma taxa de aumento da produtividade, mantendo-se a taxa de mais-valia constante. A situação prevista pelos clássicos de uma taxa de salários aproximadamente constante implicaria uma taxa de lucro crescente, dado o aumento secular da produtividade. Ora tal resultado é não apenas empiricamente falso mas também teoricamente inviável. A concentração de renda daí decorrente seria incompatível, de um lado, com a luta de classes, e de outro, com a sustentação da demanda efetiva.

A taxa de mais-valia tende, portanto, a ser aproximadamente constante, como previa Marx. Ao contrário da previsão de Marx, entretanto, não existe a necessidade do crescimento da composição orgânica. Há no máximo uma tendência nesse sentido, na medida em que tende a aumentar a composição técnica do capital através da substituição de mão-de-obra por capital. Essa tendência para o aumento da composição orgânica do capital, entretanto, não se realiza na prática devido ao progresso técnico não ser dispendioso de capital, como pressupunha Marx, mas neutro e tendendo a ser poupador de capital. O progresso técnico poupador de capital, em que a relação produto-capital é crescente devido ao barateamento do capital constante, permite que a composição orgânica do capital e até mesmo a composição técnica do capital sejam decrescentes.

A essa contratendência de ordem econômico-tecnológica à tendência declinante da taxa de lucro — a adoção crescente de progresso técnico poupador de capital — cujo efeito é dificultar a elevação da composição orgânica do capital, soma-se uma outra contratendência de caráter puramente econômico. A composição orgânica do capital é a relação entre o capital constante e o variável, ou seja, a massa de salários. O capital contante tende, sem dúvida, a crescer na medida em que a acumulação de capital implica substituição de mão-de-obra por capital, apesar do barateamento do capi-

tal proporcionado pelo progresso técnico. A massa de salários, entretanto, tende a crescer, neutralizando total ou parcialmente o aumento do capital constante, apesar da redução relativa do número de trabalhadores, devido ao aumento da taxa de salários reais proporcional ao aumento da produtividade.

No final da primeira parte, discuto o teorema de Okishio, que foi adotado especialmente pelos economistas neo-ricardianos de Cambridge, segundo o qual não poderia haver uma tendência declinante da taxa de lucro porque os empresários jamais escolheriam uma técnica que lhes proporcionaria um lucro menor. Embora essa tese seja basicamente correta, podendo inclusive ser demonstrada através de um complexo sistema de gráficos desenvolvidos por Joan Robinson, há uma situação particular em que, sendo o progresso dispendioso de capital, é possível ocorrer a escolha de uma técnica que afinal apresente maiores custos e menores lucros. Esta situação particular já vinha sendo por nós elaborada neste trabalho quando entramos em contato com a crítica de Shaikh ao teorema de Okishio. Em certos casos pode ser desenvolvida uma técnica mais capital-intensiva, efetivamente dispendiosa de capital, mas que reduz custos porque poupa mão-de-obra. Em consequência, essa técnica é adotada pelo empresário schumpeteriano, que realiza a inovação e assim alcança lucros monopolistas. Em seguida, entretanto, essa técnica é imitada, desaparecem os lucros extraordinários e, dado o caráter dispendioso de capital da nova técnica, a taxa de lucro cai.

Na segunda parte deste livro reduzo o nível de abstração para examinar as contratendências de caráter institucional à tendência declinante da taxa de lucro. Analiso, então, sumariamente, o imperialismo e as tendências à oligopolização e à estatização das economias capitalistas como formas de defesa da taxa de lucro privada.

Na terceira parte estudo o processo histórico da acumulação capitalista, com base no instrumental teórico desenvolvido na primeira parte. Depois de desenvolver a teoria alternativa à teoria clássica dos salários, formulo em termos gerais um modelo de desenvolvimento a longo prazo do sistema capitalista, em que todas as principais variáveis — tipo de progresso técnico, relação produto-capital, produtividade do

trabalho, composição técnica do capital ou relação capital-trabalho, composição orgânica do capital, taxa de salários, taxa de lucro por trabalhador, taxa de mais-valia, taxa de lucro e taxa de acumulação — são sistematicamente relacionadas.

Em seguida sugiro uma periodização da evolução do sistema capitalista, em função das tendências seculares da taxa de lucro, dividindo-a em quatro etapas. Na etapa da Revolução Industrial a taxa de lucro seria constante (em nível elevado) porque, embora a taxa de mais-valia fosse crescente, a composição orgânica do capital seria também crescente. A etapa do Capitalismo Competitivo, entre 1815 e 1870 aproximadamente, é o período estudado por Marx. Nessa etapa a taxa de lucro torna-se decrescente porque a composição orgânica do capital passa a crescer mais rapidamente do que a taxa de mais-valia, devido à quase estabilização desta última. Na etapa do Capitalismo Oligopolista, aproximadamente entre 1870 e 1945, a taxa de lucro se estabiliza na média em que a taxa de mais-valia e a composição orgânica do capital também tendem a ser constantes. Finalmente, na etapa do Capitalismo Oligopolista de Estado haveria uma pequena baixa da taxa de lucro para em seguida se tornar constante. Essa redução se deve à necessidade de remunerar com ordenados elevados os trabalhadores improdutivos, especialmente a alta tecnoburocracia. Excluindo-se da mais-valia esses ordenados, a taxa de mais-valia sofre uma redução que se reflete sobre a taxa de lucro.

No final da terceira parte examinamos a tendência atual do capitalismo nos países centrais de se transformar em um capitalismo rentista, na medida em que os investimentos das empresas multinacionais e os empréstimos do sistema financeiro internacional aos países do Terceiro Mundo levam os países centrais a cada vez mais verem sua renda se constituir de dividendos e juros recebidos do exterior.

Na última parte do livro examino os ciclos econômicos: os ciclos longos ou ondas longas de Kondratieff e os ciclos econômicos estrito senso. Os ciclos de Kondratieff são basicamente explicados pelas ondas schumpeterianas de inovação e seu esgotamento. Os ciclos econômicos, por sua vez, são explicados pela *teoria dos três limites*. A reversão cíclica ocorre em função de três limites ao processo de acumulação,

que ocorrem sucessiva ou concomitantemente. Em cada um desses limites é a queda da taxa de lucro prevista que determina a redução dos investimentos. Na expansão temos um processo da sobreacumulação que resulta:

1) em subconsumo ou em superprodução, e quase ao mesmo tempo;

2) em desproporção entre a produção de bens de capital e bens de consumo. Na fase final da expansão, quando a economia alcança a faixa do pleno emprego, esgotando-se o exército industrial de reserva, define-se um terceiro limite;

3) ocorre a elevação dos salários reais acima da produtividade e o estrangulamento dos lucros.

Ainda que se admita que na fase de expansão a composição orgânica do capital tenda a aumentar devido ao processo de sobreacumulação, e que na fase de declínio a composição orgânica do capital tenda a diminuir devido à queima de capitais que ocorre nas crises, a teoria da tendência declinante da taxa de lucro é considerada apenas subsidiária para a explicação das ondas longas e principalmente para a dinâmica dos ciclos econômicos.

No último capítulo analiso a acumulação e o ciclo no Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático. A principal preocupação é a de analisar a interferência do Estado, através da política econômica, na dinâmica dos ciclos. Procuro então demonstrar que a intervenção do Estado, embora provavelmente aumente a eficiência do sistema, não reduz necessariamente as suas flutuações. Pelo contrário, ao postergar artificialmente um declínio cíclico através de medidas de política econômica, o Estado pode, depois, quando o ajustamento torna-se inevitável, ser obrigado a adotar medidas muito mais drásticas. Em qualquer hipótese os ciclos perdem a sua regularidade, tornam-se mais breves, em função das constantes manipulações da oferta de moeda, da taxa de juros, das despesas públicas e da receita tributária. Este último capítulo seria uma introdução à análise macro-econômica moderna, que não foi deliberadamente abordada neste livro, já que nos preocupamos apenas com o desenvolvimento a longo prazo do sistema capitalista e com suas flutuações cíclicas independentes de política econômica.

1

Este livro estava em vias de ser enviado para o editor quando, através de uma resenha de Riel Miller¹ tomei conhecimento da tese de doutoramento de Joseph W. Chung, *La Theorie de la Baisse Tendencielle du Taux de Profit*.² Obtive a publicação na Universidade Católica de Louvain e, dada a importância do trabalho de Chung, decidi fazer uma rápida resenha do mesmo na conclusão deste livro.

O trabalho de Chung está dividido em dois capítulos. No primeiro ele faz uma análise teórica da teoria da tendência declinante da taxa de lucro. No segundo, examina o desenvolvimento do capitalismo norte-americano entre 1929 e 1978 à luz da teoria.

Sua análise teórica é formalmente rigorosa.

Sua conclusão mais geral é a mesma deste livro: a baixa da taxa de lucro não é uma necessidade inerente do desenvolvimento capitalista, na medida em que a composição orgânica do capital não é necessariamente crescente. A elevação da composição técnica do capital pode ser contrabalançada pela redução dos preços relativos dos bens de capital em função de um progresso técnico poupador de capital.

Sua análise empírica, que tem a peculiaridade de incluir no cálculo da mais-valia os rendimentos dos trabalhadores improdutivos, leva à conclusão que entre 1933 e 1944 houve uma elevação regular da taxa de lucro, e entre 1944 e 1978 uma baixa irregular da taxa de lucro. Essa conclusão coincide com os trabalhos de Joseph Gillman, que verificou uma baixa irregular da taxa de lucro entre 1913 e 1932, e uma alta irregular entre 1932 e 1939³ e os de Shane Mage, que observou uma baixa irregular da taxa de lucro entre 1900 e 1933, uma elevação regular entre 1933 e 1944 e uma baixa irregular entre 1944 e 1960.⁴

¹ Riel Miller, "Joseph Chung: 'La theorie de la baisse tendencielle du taux de profit'" em *Review of Radical Political Economics*, vol. 16, nºs 2 e 3, 1984.

² Joseph W. Chung, *La Theorie de la Baisse Tendencielle du Taux de Profit: Analyse Théorique et Application Empirique du Developpement du Capitalisme Americain 1929-78*, Louvain-la-Neuve, Université Catholique de Louvain, 1981.

³ Joseph Gillman, *op. cit.*

⁴ Shane Mage, *The Law of the Falling Rate of Profit: Its Place in the Marxian*

Vale a pena observar que o declínio da taxa de lucro entre 1913 e 1932, e entre 1944 e 1978 e o seu aumento entre 1933 e 1944 corresponde, aproximadamente, a duas fases de expansão e a uma fase de declínio nos ciclos longos de Kondratieff. Ora, nos ciclos longos é razoável esperar que a taxa de lucro seja ligeiramente declinante na fase de expansão, devido à sobreacumulação de capital que provoca a elevação da composição técnica e da composição orgânica do capital, e que seja ligeiramente declinante nas fases de desaceleração cíclica, quando a queima de capitais provoca a redução da composição técnica e da composição orgânica do capital.

Na análise das etapas seculares essas variações cíclicas determinadas pelas ondas longas não foram tomadas em conta. Levamos em consideração apenas as tendências seculares da taxa de mais-valia e da composição orgânica do capital no processo de desenvolvimento do capitalismo. Verificamos então que na etapa do Capitalismo Competitivo, quando ocorreu a consolidação do capitalismo, Marx detectou um efetivo declínio da taxa de lucro. A partir de meados do século XIX, entretanto, teremos a relativa estabilização secular da taxa de lucro. É claro, entretanto, que se, a partir de então, levarmos em consideração as fases de expansão e de declínio dos ciclos de Kondratieff, deveremos encontrar variações correspondentes — e inversas ao movimento cíclico — da taxa de lucro.

Chung, em sua análise teórica e depois em sua pesquisa empírica, distinguiu três fatores que influenciam a taxa de mais-valia:

- 1) a taxa de salário real;
- 2) o valor médio dos bens de consumo (produtividade); e
- 3) a duração da jornada de trabalho.

No período entre 1929 e 1978, enquanto que a taxa de mais-valia declinava muito levemente e a duração da jornada de trabalho diminuía um pouco mais, o valor médio dos bens de consumo declinava firmemente, a um ritmo médio anual de 3,10%, enquanto o salário médio real crescia simetrica-

Theoretical System and Relevance to the U. S. Economy, tese de doutoramento perante a Columbia University, 1963. Citado por Joseph Chung, *op. cit.*

mente ao ritmo anual de 2,49%. O aumento da produtividade um pouco maior do que o aumento dos salários deveu-se principalmente à diminuição da jornada de trabalho.

Em sua conclusão Chung declara que “a baixa da taxa média de lucro não é nem necessária (teoricamente) nem efetiva (empiricamente)”. E afirma que suas conclusões são compatíveis com as posições teóricas *neomarxistas* e *neoricardianas*, que “insistem no caráter indeterminado das três relações fundamentais (taxa de lucro, taxa de mais-valia e composição orgânica do capital)”. Portanto, conclui ele, “nossa análise nos conduz a rejeitar a idéia de uma *lei* da baixa da taxa de lucro”.⁵

Essa posição de Chung decorre de um raciocínio excessivamente formal e linear. O fato de não haver, ao contrário do que afirmam os marxistas fundamentalistas, uma necessidade intrínseca ao capitalismo de aumento da composição orgânica do capital e de baixa da taxa de lucro não significa que não se possa falar em uma *lei* da tendência declinante da taxa de lucro. No sistema capitalista existe a permanente ameaça de queda da taxa de lucro em função da sobreacumulação do capital que, além de provocar crises de demanda efetiva no curto prazo, poderia provocar o aumento da composição orgânica do capital. Desde meados do século passado, entretanto, essa tendência não se efetiva a não ser ciclicamente, na medida em que uma série de contratendências de ordem econômica, tecnológica e institucional atua em sentido contrário à tendência básica.

O essencial é colocar a lei ou a teoria da tendência declinante da taxa de lucro em uma perspectiva histórica e dialética, como Marx o fez. A análise de Chung é, ao contrário, semelhante à realizada por Philippe Van Parijs, que, aliás, provém da mesma Universidade Católica de Louvain.

Parijs em seu *Obituário* afirmava:

1) que não há necessidade de a composição orgânica do capital crescer;

2) que não é possível ou necessário que a taxa de lucro caia como resultado do crescimento da composição orgânica do capital; e

⁵ Joseph Chung, *op. cit.*, p. 97.

3) que não é possível ou necessário que tal queda (se fosse possível) provoque crises econômicas.⁶

Diante de tal posição Patrick Clamson classificou a análise de Van Parijs de “marxismo neoclássico”,⁷ o que o levou a responder argumentando sobre a necessidade de um “embasamento microeconômico racionalista” para a teoria marxista do capitalismo.⁸

Não é este o momento de discutir metodologia do conhecimento, muito menos de entrar nesse debate sobre a possibilidade de um *marxismo neoclássico*. Mas não há dúvida de que não faz sentido analisar o pensamento de Marx e utilizar seu instrumental teórico de uma maneira formal e linear ao invés de histórica e dialética. A teoria da tendência declinante da taxa de lucro, embora possa e deva ser analisada de acordo com uma metodologia rigorosa, como Van Parijs e Chung o fizeram, não deve ficar limitada a essa metodologia formal sob pena de perder seu caráter essencialmente histórico e dialético.

⁶ Philippe Van Parijs, *op. cit.*

⁷ Patrick Clamson, “A comment on Van Parijs obituary”, em *Review of Radical Political Economics*, vol. 15, n.º 2, 1983.

⁸ Philippe Van Parijs, “Why marxist economics needs micro-foundations: postscript to an obituary” em *Review of Radical Political Economics*, vol. 15, n.º 2, 1983.